

**EMENTÁRIO DOS ACÓRDÃOS DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**MARÇO/2021 A NOVEMBRO/2021**

"ITBI – Recurso de ofício – Obrigação principal – Revisão de lançamento – Valor venal fixado conforme vistoria e Laudo de Avaliação – Ausência de nulidades no lançamento e na decisão recorrida – Recurso conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2725, Processo nº 030/030036/2019, 1235ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 03/03/2021)

"ITBI – RECURSO DE OFÍCIO - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – REVISÃO PARCIAL DO LANÇAMENTO – AUSÊNCIA DE RECURSO VOLUNTÁRIO- RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2726, Processo nº 030/007473/2019, 1235ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carreira Marques, Decisão Unânime, julgado em 03/03/2021)

"ITBI - RECURSO DE OFÍCIO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2727, Processo nº 030/027150/2019, 1235ª Sessão Ordinária, Rel. Roberto Marinho de Mello, Decisão Unânime, julgado em 03/03/2021)

"IPTU – Recurso voluntário – Obrigação principal – Revisão de lançamento – Fatos não conhecidos pela Administração ao tempo do lançamento originário – Possibilidade modificação do lançamento – Art. 145, III c/c art. 149, VIII do CTN – Recurso conhecido e desprovido".

(ACÓRDÃO Nº 2728, Processo nº 030/020273/2018, 1235ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/03/2021)

"REVISÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE IPTU. Se a impugnação oferecida ataca a origem, ou seja, o valor arbitrado ao imóvel, a competência para apreciação da impugnação e da CIPTU e não da Coordenaria de Tributos. Nulidade que se declara de ofício".

ACÓRDÃO Nº 2729, Processo nº 030/002238/2019, 1236ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 10/03/2021)

"IPTU - Recurso Voluntário e de Ofício - Obrigação principal - Impugnação ao lançamento- Alegação de que a Secretaria Municipal de Fazenda já detinha as informações necessárias ao lançamento - suposto erro de direito - Inocorrência - Falta de apresentação tempestiva de documentos e informações - Desinteresse do contribuinte em concluir o processo - Erro de fato caracterizado - Inteligência do art. 149, VIII do CTN - Recurso Voluntário e de Ofício conhecidos e desprovidos."

(ACÓRDÃO Nº 2730, Processo nº 080/001768/2013, 1237ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 17/03/2021)

"Impugnação de lançamento - Procedência - Valor venal do imóvel superior ao valor de mercado - Aplicação do fator de adequação – Principio da Boa-fé e Transparência – Por ausência de fundamentação resta anulada a decisão de primeira instância. Recurso conhecido e provido."

(ACÓRDÃO Nº 2731, Processo nº 030/031284/2015, 1237ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos de Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 17/03/2021)

"IPTU - Recurso de Ofício – Impugnação ao lançamento complementar - Erro de fato - Testada e área do terreno não consideradas no lançamento anterior – Possibilidade de modificação do lançamento - Redução do crédito por erro de cálculo – Recurso conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2732, Processo nº 030/029842/2017, 1237ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 17/03/2021)

"REVISÃO DE LANÇAMENTO DO ITBI. Ocorrendo redução pelo órgão fazendário do valor anteriormente arbitrado com obediência aos critérios técnicos e havendo dizente disso concordância tácita do contribuinte com o novo valor, por ausência de recurso voluntário, a manutenção da decisão fazendária se impõe por medida de ponderação e justiça. Recurso de ofício que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2733, Processo nº 030/031332/2019, 1237ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 17/03/2021)

"IPTU/TCIL - RECURSO VOLUNTÁRIO - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR – REVISÃO DE DADOS CADASTRAIS – INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO – INCOMPETENCIA DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO PARA JULGAR IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE IPTU/TCIL COM BASE EM ALTERAÇÕES NO CADASTRO IMOBILIÁRIO INCLUSIVE APRECIAR A INTEMPESTIVIDADE - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2734, Processo nº 030/008193/2019, 1238ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão por Maioria, julgado em 24/03/2021)

"ITBI - RECURSO DE OFÍCIO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2735, Processo nº 030/008786/2020, 1238ª Sessão Ordinária, Rel. Roberto Marinho de Mello, Decisão Unânime, julgado em 24/03/2021)

"IPTU. Recurso voluntário. Desconto no valor do imposto por pagamento em cota única. Solicitação protocolada após o dia limite para pagamento com desconto. Caducidade do direito. Recurso conhecido e não provido".

(ACÓRDÃO Nº 2736, Processo nº 030/001017/2021, 1239ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 14/04/2021)

"IPTU. Recurso voluntário. Impugnação de lançamento complementar sob o fundamento de nulidade por ausência de notificação. Notificação mediante publicação em edital após tentativa infrutífera de notificação pessoal. Notificação e lançamento válidos, fundados em procedimento conforme a lei. Apresentação da impugnação intempestiva. Recurso conhecido e não provido."

(ACÓRDÃO Nº 2737, Processo nº 030/030051/2019, 1239ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 14/04/2021)

"Impugnação de lançamento Complementar de IPTU e TCIL – Intempestividade – Recurso conhecido e provido."

(ACÓRDÃO Nº 2738, Processo nº 030/008803/2019, 1239ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 14/04/2021)

"REVISÃO DE LANÇAMENTO DO ITBI. LAUDO COMPARATIVO DE DADOS DE MERCADO. O método comparativo deve levar em consideração os valores atribuídos ao imóvel do mesmo

condomínio onde se situa o imóvel objeto da impugnação. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2739, Processo nº 030/003680/2021, 1241ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 28/04/2021.)

"ISS – Recurso de ofício – Obrigação principal – Prestação de serviços descritos no subitem 15.01 e 15.09 – Administração de fundos, consórcio, cartão de crédito e arrendamento mercantil – Omissões nas declarações do contribuinte – Arbitramento da base de cálculo – Legalidade – Art. 82 do CTM – Serviços de administração de fundos e cartão de crédito – Imposto a ser recolhido ao Município de Niterói – Jurisprudência pacífica do TJ/RJ – Serviços de arrendamento mercantil e consórcio – Imposto a ser recolhido no local da aprovação dos contratos – Jurisprudência do STJ – Multa punitiva – Redução de 100% para 75% – Lei Municipal nº 3. 252/16 e art. 106, CTN – Recurso de ofício conhecido e parcialmente provido". (ACÓRDÃO Nº 2740, Processo nº 030/003450/2020, 1241ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 28/04/2021)

"ISS – Recurso de ofício – Obrigação principal – Prestação de serviços descritos no subitem 15.01 e 15.09 – Administração de fundos, consórcio, cartão de crédito e arrendamento mercantil – Omissões nas declarações do contribuinte – Arbitramento da base de cálculo – Legalidade – Art. 82 do CTM – Serviços de administração de fundos e cartão de crédito – Imposto a ser recolhido ao município de Niterói – Jurisprudência pacífica do TJ/RJ – Serviços de arrendamento mercantil e consórcio – Imposto a ser recolhido no local da aprovação dos contratos – Jurisprudência do STJ – Recurso de ofício conhecido e parcialmente provido. " (ACÓRDÃO Nº 2741, Processo nº 030/003464/2020, 1241ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/04/2021)

"ISS – Recurso de ofício – Obrigação acessória – Emissão da DES-IF subfaturada – Serviços de administração de fundos, consórcio, cartão de crédito e arrendamento mercantil (subitens 15.01 e 15.09) – Decadência parcial não configurada – Multa pelo descumprimento de obrigação acessória que não se submete à regra do art. 150, §4º, CTN – Aplicação do art. 173, I, CTN – Arbitramento da base de cálculo – Legalidade – Art. 82 do CTM – Subfaturamento de documentos fiscais – Serviços de administração de fundos e cartão de crédito – Imposto a ser recolhido ao Município de Niterói – Jurisprudência pacífica do TJ/RJ – Serviços de arrendamento mercantil e consórcio – Imposto a ser recolhido no local da aprovação dos contratos – Jurisprudência do STJ – Recurso de ofício conhecido." (ACÓRDÃO Nº 2742, Processo nº 030/003472/2020, 1241ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/04/2021)

"IPTU - Recurso de Ofício - Solicitação de revisão de valor venal do imóvel e de revisão de dados cadastrais para fins de lançamento do IPTU. Possibilidade de efeito de impugnação da solicitação restrita ao valor do imposto do exercício em que foi protocolada a petição. Recurso conhecido e não provido." (ACÓRDÃO Nº 2743, Processo nº 030/018141/2017, 1242ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 12/05/2021)

"ITBI. Lançamento por arbitramento. Recurso de ofício. Procedimento de revisão do arbitramento da base de cálculo do imposto feita de forma regular. Recurso conhecido e não provido."

(ACÓRDÃO Nº 2744, Processo nº 030/016343/2018, 1242ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 12/05/2021)

"Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal citada. Recurso que se dá provimento parcial."

(ACÓRDÃO Nº 2745, Processo nº 030/005454/2017, 1242ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 12/05/2021)

"Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal citada. Recurso que se dá provimento parcial."

(ACÓRDÃO Nº 2746, Processo nº 030/027462/2016, 1243ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 12/03/2021)

"Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei 3461/19 aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal citada. Recurso que se dá provimento parcial."

(ACÓRDÃO Nº 2747, Processo nº 030/027464/2016, 1243ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 12/03/2021)

"ISS. Multa pela omissão da Declaração de Ausência de Movimento Econômico. A emissão, num mês sem atividade econômica, de notas fiscais de serviços referentes a operações realizadas em outros meses não descaracteriza a ausência de movimento econômico como condição geral de obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Ausência de Movimento Econômico. Redução do valor da multa em função de alteração legal que beneficia o infrator. Recurso voluntário conhecido e parcialmente provido".

(ACÓRDÃO Nº 2748, Processo nº 030/019209/2019, 1243ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 12/05/2021)

"ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS DE APOIO MARÍTIMO – EMPRESA BRASILEIRA DE NAVAGAÇÃO AUTORIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO – TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 332/07 ANTAQ – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 20.01 DO ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 2597/08 – ALEGADA ATIVIDADE DE AFRETAMENTO DE NAVIO – IMPOSSIBILIDADE – USUÁRIO DO SERVIÇO SEM CONDIÇÕES DE OPERAR COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 8º DA LEI Nº 9.432/98 – CONTRATO QUE SE REVESTE DE CARACTERÍSTICAS TÍPICAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – RESOLUÇÃO-ANTAQ Nº 2.884/13 – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO."

(ACÓRDÃO Nº 2749, Processo nº 030/021715/2017, 1244ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carreira Marques, Decisão Unânime, julgado em 26/05/2021)

"Impugnação de lançamento – Procedência Parcial - Valor venal do imóvel superior ao valor de mercado – Princípios da Boa-fé e Transparência - Recurso conhecido e não provido."

(ACÓRDÃO Nº 2750, Processo nº 030/028661/2019, 1245ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 19/05/2021)

"IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS CADASTRAIS – INCOMPETÊNCIA DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO PARA JULGAR IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE IPTU/TCIL COM BASE EM ALTERAÇÕES NO CADASTRO IMOBILIÁRIO – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2751, Processo nº 030/002633/2016, 1245ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carreira Marques, Decisão Unânime, julgado em 19/05/2021)

"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – LANÇAMENTO ANUAL – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL USANDO TERMOS OU SENTENÇAS GENÉRICAS – NULIDADE DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA POR PREJUÍZO AO DIREITO DE DEFESA – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2752, Processo nº 030/001194/2018, 1245ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carreira Marques, Decisão Unânime, julgado em 19/05/2021)

"ISS. Multa pela apresentação incorreta da Declaração de Ausência de Movimento Econômico no sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas. A emissão de notas fiscais de serviços referentes a operações realizadas no esmo mês da apresentação da Declaração de Ausência de Movimento Econômico tem o efeito de retificação da declaração mencionada pois as notas fiscais de serviços têm natureza igualmente declaratória. Inexistência de descumprimento da obrigação acessória. Recurso voluntário conhecido e provido."

(ACÓRDÃO Nº 2753, Processo nº 030/019220/2019, 1245ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 19/05/2021)

"IPTU - Recurso de Ofício - Obrigação principal - Revisão de Lançamento Complementar - Incidência dos encargos moratórios a partir de 30 (trinta) dias da data da ciência do lançamento - Inteligência do art. 160 do CTN - Recurso de Ofício conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2754, Processo nº 030/019779/2017, 1246ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 26/05/2021)

"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – IMPUGNAÇÃO PROPOSTA APÓS O PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – INTELIGÊNCIA DO ART. 26 DO DECRETO 10.487/09 C/C ART. 156 DO CTN – RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2755, Processo nº 030/028879/2017, 1246ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 26/05/2021)

"IPTU/TCIL – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS CADASTRAIS – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – VÍCIO MATERIAL – NULIDADE DO LANÇAMENTO – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2756, Processo nº 030/022577/2016, 1246ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carreira Marques, Decisão Unânime, julgado em 26/05/2021)

**“IPTU – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR COM BASE EM ALTERAÇÕES CADASTRAIS PROMOVIDAS DE OFÍCIO. CÁLCULO DO IMPOSTO COMPLEMENTAR FEITO COM BASE NO VALOR VENAL DO IMÓVEL NO MOMENTO DO LANÇAMENTO. O PRAZO DECADENCIAL APLICÁVEL A LANÇAMENTOS DE OFÍCIO É O DE CINCO ANOS A CONTAR DO PRIMEIRO DIA DO ANO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE PODERIA TER SIDO FEITO O LANÇAMENTO. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2757, Processo nº 030/009707/2015, 1246ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 26/05/2021)**

**"Impugnação de lançamento complementar - procedência parcial - Princípio da Autotutela - Recurso de Ofício conhecido e não provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2758, Processo nº 030/026734/2017, 1247ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 02/06/2021)**

**"Impugnação de Lançamento - Procedência Parcial - Valor venal do imóvel superior ao valor de mercado - Alteração cadastral - Princípios da Boa-fé e Transparência – Por ausência de fundamentação resta anulada a decisão de primeira instância. Recurso conhecido e provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2759, Processo nº 030/000609/2017, 1247ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 02/06/2021)**

**"Exclusão do Simples. Procedimento. É regulado pelos artigos da Lei Complementar nº 123/06 em seus artigos 28 à 32, regulamentados pelo Comitê Gestor do Simples Nacional conforme dispõe o parágrafo 3º do art. 28 da referida Lei, sendo observado as regras legais inclusive da ciência ao contribuinte, fica assegurado a este o direito Constitucional ao contraditório e ampla defesa. Recurso Voluntário que se nega provimento."**

**(ACÓRDÃO Nº 2760, Processo nº 030/028852/2016, 1248ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Multas. Aplicação por descumprimento das obrigações acessórias. Art. 121 do CTM. O referido diploma legal não prevê absorção de uma infração pela outra em caso de aplicação pela não emissão de documentos fiscais e a não existência de talonários de papel. Recurso Voluntário que se nega provimento."**

**(ACÓRDÃO Nº 2761, Processo nº 030/027461/2016, 1248ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Aplicação do percentual no cálculo dos valores da autuação. Aplicação da penalidade menos gravosa. Art. 106, inciso II do CTN, com o advento da Lei 3461/19aplica-se o percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), no cálculo das autuações impondo ao infrator a penalidade menos gravosa, conforme disposição legal acima citada. Recurso que se dá provimento parcial".**

**(ACÓRDÃO Nº 2762, Processo nº 030/027463/2016, 1248ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Exclusão do Simples. Procedimento. É regulado pelos artigos da Lei Complementar nº 123/06 em seus artigos 27 a 32, regulamentados pelo Comitê Gestor do Simples Nacional conforme dispõe o parágrafo 3º do art. 28 da referida lei, sendo observado as regras legais inclusive da ciência ao contribuinte, fica assegurado a este o direito Constitucional ao contraditório e ampla defesa. Recurso Voluntário que se nega provimento."**

**(ACÓRDÃO Nº 2763, Processo nº 030/005445/2017, 1248ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Restituição de indébito. Recurso Voluntário. ISS – Deve ser autorizado a restituição dos valores comprovadamente pagos a maior nos meses de janeiro e fevereiro/2012 - Provimento parcial."**

**(ACÓRDÃO Nº 2764, Processo nº 030/024790/2014, 1249ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Desconto bom pagador – Improcedência – anulada a decisão da primeira instância. Recurso Voluntário conhecido e provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2765, Processo nº 030/000245/2021, 1249ª Sessão Ordinária, Rel. Felipe Campos Carvalho, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"ISS. Multa regulamentar atribuída a sociedade empresária domiciliada em Niterói por ausência de Inscrição de campo de exploração e extração de petróleo e gás natural em águas marítimas. O conceito legal de estabelecimento prestador abrange qualquer local de extração de recursos naturais, de acordo com o inciso III do § 2º do art. 74 da Lei nº 2.597/2008. Obrigação de possuir uma inscrição para cada estabelecimento. Recurso conhecido e não provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2766, Processo nº 030/007231/2016, 1249ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"ISS. Multa regulamentar atribuída a sociedade empresária domiciliada em Niterói por ausência de Inscrição de campo de exploração e extração de petróleo e gás natural em águas marítimas. O conceito legal de estabelecimento prestador abrange qualquer local de extração de recursos naturais, de acordo com o inciso III do § 2º do art. 74 da Lei nº 2.597/2008. Obrigação de possuir uma inscrição para cada estabelecimento. Recurso conhecido e não provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2767, Processo nº 030/007232/2016, 1249ª Sessão Ordinária, Rel. Carlos Mauro Naylor, Decisão Unânime, julgado em 09/06/2021)**

**"Simples Nacional – Recurso voluntário – Notificação de exclusão do Simples Nacional – Sobreposição de jurisdições administrativa e judicial – Inteligência do art. 92 da Lei Municipal nº 3.368/18 – Renúncia à instância administrativa – Recurso não conhecido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2768, Processo 030/016052/2018, 1253ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 07/07/2021)**

**"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Sobreposição de jurisdições administrativa e judicial – Inteligência do art. 92 da Lei Municipal nº 3.368/18 – Renúncia à instância administrativa – Recurso não conhecido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2769, Processo 030/016057/2018, 1253ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 07/07/2021)**

"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração de ISS – Sobreposição de jurisdições administrativa e judicial – Inteligência do art. 92 da Lei Municipal nº 3.368/18 – Renúncia à instância administrativa – Recurso não conhecido".  
(ACÓRDÃO Nº 2770, Processo 030/016060/2018, 1253ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 07/07/2021)

"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração de ISS – Sobreposição de jurisdições administrativa e judicial – Inteligência do art. 92 da Lei Municipal nº 3.368/18 – Renúncia à instância administrativa – Recurso não conhecido".  
(ACÓRDÃO Nº 2771, Processo 030/016063/2018, 1253ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 07/07/2021)

"Simples Nacional – Recurso voluntário – Notificação de exclusão do Simples Nacional – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido."  
(ACÓRDÃO Nº 2772, Processo 030/016000/2018, 1253ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 07/07/2021)

"EMENTA: ITBI. RECURSO DE OFÍCIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO FIXADA INICIALMENTE PELO FISCO APÓS PEDIDO DE REVISÃO DE LANÇAMENTO. ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DO ITBI REALIZADO PELA CITBI EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 53 C/C § 2º DO ART. 48 DA LEI Nº 2.597/08. METODOLOGIA DE CÁLCULO LARGAMENTE ACEITA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. "  
(ACÓRDÃO Nº 2773, Processo 030/028151/2019, 1254ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 07/07/2021)

"IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA – DUAS CIÊNCIAS VÁLIDAS – PREVALÊNCIA DA MAIS ANTIGA – INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 25 DA LEI Nº 3.368/2018 – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO."  
(ACÓRDÃO Nº 2774, Processo 030/017854/2018, 1255ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 09/07/2021)

"IPTU. Recurso Voluntário. Notificação de Lançamento Complementar. Todos os coproprietários são sujeitos passivos do tributo, independente de cessão de domínio útil. Ausência de comprovada destinação agrícola do imóvel para justificar incidência de ITR e consequente existência de bitributação. Recurso conhecido e não provido".  
(ACÓRDÃO Nº 2775, Processo 030/023026/2019, 1255ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 09/07/2021)

"EMENTA: EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – RECURSO VOLUNTÁRIO – DIVERGÊNCIA DE VALORES ENTRE PGDAS E NOTAS FISCAIS – INFRAÇÃO REITERADA – INTELIGÊNCIA DO ART. 29, V DA LC Nº 123/06 – ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – INOCORRÊNCIA – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO".  
(ACÓRDÃO Nº 2776, Processo 030/022288/2018, 1256ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 14/07/2021)

"ISSQN – RECURSO VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – FALTA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO FÁTICO-LEGAL – INOCORRÊNCIA – AUTO



DE INFRAÇÃO QUE CONTEM DESCRIÇÃO, INFRINGÊNCIA, SANÇÃO E BASE LEGAL EXPLÍCITOS – DECADÊNCIA DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – LANÇAMENTO DE OFÍCIO – APLICAÇÃO DO ART. 173, I DO CTN – CARÁTER AUTÔNOMO DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA EM RELAÇÃO À PRINCIPAL – VALIDADE DO ATO – REDUÇÃO DA MULTA PECUNIÁRIA COM O ADVENTO DA LEI Nº 3.361/19 – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE DESPROVIDO – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO ". (ACÓRDÃO Nº 2777, Processo 030/023954/2018, 1256ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Recurso Voluntário: Decisão por Maioria e Recurso de Ofício: Decisão Unânime, julgado em 14/07/2021)

"IPTU – Recurso voluntário e de ofício – Lançamento complementar – Erro de processamento pelo sistema informatizado – Desconsideração do número de unidades do lote – Ciência anterior do fato juridicamente relevante pela Administração Pública – Erro de direito – inaplicabilidade dos art. 145, III e 149, VIII do CTN e art. 16 do CTM – Recurso voluntário conhecido e provido – Recurso de ofício prejudicado." (ACÓRDÃO Nº 2778, Processo 030/028761/2017 - Processo Espelho 030/010124/2021, 1257ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão por Maioria, julgado em 14/07/2021)

"ISSQN – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – VALIDADE DA CIÊNCIA PESSOAL DO MANDATÁRIO – INTELIGÊNCIA DO ART. 10, §1º I DO DECRETO 10.487/09 – EFEITO CONFISCATÓRIO DA MULTA PUNITIVA DE 75% – INOCORRÊNCIA – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (ACÓRDÃO Nº 2779, Processo 030/016274/2018, 1258ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 21/07/2021)

"Simples Nacional – ISS - Recurso voluntário – Auto de Infração do Simples Nacional – Ausência de Prescrição Quinquenal – Ocorrência dos fatos geradores do ISS no local do estabelecimento prestador – Competência para cobrança do imposto – Proporcionalidade do valor da multa aplicada – Recurso conhecido e desprovido". (ACÓRDÃO Nº 2780, Processo 030/027450/2018, 1258ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Santiago, Decisão Unânime, julgado em 21/07/2021)

"IPTU – Recurso voluntário e de ofício – Lançamento complementar – Erro de processamento pelo sistema informatizado – Desconsideração do número de unidades do lote – Ciência anterior do fato juridicamente relevante pela Administração Pública – Erro de direito – Inaplicabilidade dos art. 145, III e 149, VIII do CTN e art. 16 do CTM – Recurso voluntário conhecido e provido – Recurso de ofício prejudicado". (ACÓRDÃO Nº 2781, Processo 030/028771/2018 – Processo Espelho 030/010125/2021, 1259ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 21/07/2021)

"IPTU - RECURSO VOLUNTÁRIO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS REFERENTE À ÁREA CONSTRUÍDA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - DECADÊNCIA - ARTS. 9º, 124 E 173 DO CTN, ART. 1245 CC - SOLIDARIEDADE LATENTE - INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO". (ACÓRDÃO Nº 2782, Processo 030/003272/2019, 1259ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 21/07/2021)

"ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS. Trata-se de mera discussão se o imóvel objeto da fiscalização possui ou não edificação, o que autorizaria a alteração do imposto de territorial para predial, a impugnação deve ser apreciada pela Coordenação de Tributos e não pelo Conselho Recursal, por se tratar de questão de fato e não de direito. Recurso de Ofício que se anula".

**(ACÓRDÃO Nº 2783, Processo 030/019788/2017 – Processo Espelho 030/010115/2021, 1259ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 21/07/2021)**

**"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2784, Processo 030/016007/2018, 1260ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/07/2021)**

**"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração de ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2785, Processo 030/016011/2018, 1260ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/07/2021)**

**"Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração de ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2786, Processo 030/016015/2018, 1260ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/07/2021)**

**"PTU. Recurso Voluntário. Notificação de Lançamento Complementar. Ausência de elementos que atestem a incorreção do valor venal utilizado no lançamento pela autoridade tributária. Recurso Voluntário conhecido e não provido."**

**(ACÓRDÃO Nº 2787, Processo 030/013236/2018 – Processo Espelho 030/010202/2021, 1261ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão por Maioria, julgado em 28/07/2021)**

**"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DE LAUDO AVALIATIVO – OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTROLE DOS ATOS PELA ADMINISTRAÇÃO – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO."**

**(ACÓRDÃO Nº 2788, Processo 030/009345/2018 – Processo 030/010122/2021, 1261ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 28/07/2021)**

**"Obrigação acessória – Recurso voluntário – Multa regulamentar – Não-emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) – Prorrogação extemporânea da Ação Fiscal – Mero de descumprimento do prazo não invalida, por si só, o lançamento – Ausência de prejuízo – Jurisprudência do STF e CARF – Retomada da espontaneidade – Art. 138, CTN – Vício de competência convalidado pela autorização de prorrogação – Multa punitiva – Aplicação retroativa da Lei Municipal n. 3.461/19 – Inteligência do art. 106 do CTN – Redução do valor da multa de 2% para o valor de**

referência M0 por documento fiscal não emitido, limitado a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação – Recurso conhecido e parcialmente provido".

(ACÓRDÃO Nº 2789, Processo 030/010273/2017 – Processo Espelho 030/010121/2021, 1261ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 28/07/2021)

"ISSQN. Recurso Voluntário. Obrigação Principal. Lançamento de Ofício. Enquadramento dos serviços no subitem 17.08 e não no subitem 04.02 da lista do anexo III da Lei nº 2597/2008. Recurso voluntário conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2790, Processo 030/024748/2018, 1262ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carrera, Decisão por Maioria, julgado em 04/08/2021)

"ISSQN – Recurso Voluntário – Obrigação principal – Lançamento de Ofício – Enquadramento dos serviços no subitem 17.08 e não no subitem 04.02 da lista do anexo III da Lei nº 2597/2008 – Recurso Voluntário Conhecido e Desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2791, Processo 030/024752/2018, 1262ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Felipe Carrera, Decisão por Maioria, julgado em 04/08/2021)

"IPTU - Revisão de lançamento - Recurso de Ofício. Decisão que se mantém pelos seus próprios fundamentos."

(ACÓRDÃO Nº 2792, Processo 030/008032/2019, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Roberto Pedreira Ferreira Curi, Decisão por Maioria, julgado em 04/08/2021)

"IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido."

(ACÓRDÃO Nº 2793, Processo 030/028675/2017 – Processo Espelho 030/010206/2021, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão por Maioria, julgado em 04/08/2021)

"IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido."

(ACÓRDÃO Nº 2794, Processo 030/007018/2020, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 04/08/2021)

"IPTU. Impugnação de Lançamento. Impugnação intempestiva de IPTU. O artigo 63 da Lei 3368/2018 prevê o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de impugnação a contar da data da ciência do lançamento complementar. Pedidos de prorrogação de prazo devem ser protocolados dentro do prazo recursal. Recurso voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2795, Processo 030/006643/2020, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 04/08/2021)

"IPTU. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. A impugnação do lançamento tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito, mas não interrompe o curso da mora. Encargos Moratórios. Contagem de Prazo. Recurso de Ofício conhecido e provido."

(ACÓRDÃO Nº 2796, Processo 030/026477/2017 – Processo Espelho 030/010102/2021, 1264ª Sessão Ordinária, Rel. Rodrigo Fulgoni Branco, Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)

"IPTU. RECURSOS VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. EXERCÍCIOS DE 2016 E DE 2017. RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO INTEMPESTIVAMENTE, IMPEDINDO A ANÁLISE DAS RAZÕES DE MÉRITO. PRECEDENTES DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA QUANTO À

**EXCLUSÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO LANÇAMENTO, EM FACE DO DISPOSTO NA PARTE FINAL DO ART. 130, DO CTN. ESCRITURA QUE INDICA A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EMITIDA PELA SMF EM 05/05/2016. NECESSIDADE DE ACERTO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO QUE CONCERNE AO TERMO INICIAL DA CONTAGEM DOS ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS, QUE DEVEM INCIDIR A PARTIR DE 30 (TRINTA) DIAS DA CIÊNCIA DO LANÇAMENTO, NA FORMA DO CAPUT DO ART. 160 DO CTN. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO E RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2797, Processo 030/028667/2017 – Processo Espelho 030/010208/2021, 1264ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Recurso Voluntário: Decisão por Maioria – Recurso de Ofício: Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Não ocorre sub-rogação de tributos na pessoa do adquirente quando consta, do título, prova de quitação. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2798, Processo 030/028677/2017 – Processo Espelho 030/010211/2021, 1264ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Recurso Voluntário: Decisão por Maioria – Recurso de Ofício: Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Não ocorre sub-rogação de tributos na pessoa do adquirente quando consta, do título, prova de quitação. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2799, Processo 030/028665/2017 – Processo Espelho 030/011118/2021, 1264ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Recurso Voluntário: Decisão por Maioria – Recurso de Ofício: Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“Recurso Voluntário – Intempestividade. Na forma disposta no artigo 78 da Lei 3368/2018 é de 30 (trinta) dias o prazo legal para interposição do Recurso Voluntário.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2800, Processo 030/019821/2018, 1265ª Sessão Ordinária, Rel. Roberto Pedreira Ferreira Curi, Decisão por Maioria, julgado em 11/08/2021)**

**“IPTU - RECURSO DE OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - ERRO DE PROCESSAMENTO - ART. 149, VIII DO CTN - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE INCIDÊNCIA DE JUROS E MULTA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2801, Processo 030/026443/2017 – Processo Espelho 030/010848/2021, 1265ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“ISS – Recurso de Ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Erro de identificação do sujeito passivo – Inexistência de hipótese de responsabilidade tributária por substituição – Inteligência do art. 73, inciso XVII e §4º da Lei nº 2.597/08, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.628/08 – Recurso conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2802, Processo 030/000696/2018 – Processo Espelho 030/010852/2021, 1265ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“ISS – Recurso de Ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Erro de identificação do sujeito passivo – Inexistência de hipótese de responsabilidade tributária por substituição – Inteligência do art. 73, inciso XVII e §4º da Lei nº 2.597/08, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.628/08 – Recurso conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2803, Processo 030/000694/2018 – Processo Espelho 030/010853/2021, 1265ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 11/08/2021)**

**“IPTU - Recurso Voluntário - Lançamento Complementar – Exercícios de 2013 a 2018 – Inconsistência no Lançamento em face de área desapropriada – Nulidade da decisão de 1ª Instância – Recurso Conhecido e Provido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2804, Processo 030/016373/2017 – Processo Espelho 030/010116/2021, 1266ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 16/08/2021)**

**“ISSQN - Recurso de Ofício - Ausência de Recurso Voluntário – Art. 156 I CTN C/C art. 6º §1º da LC 116/2003 e Lei 2.597/08 e 2.628/08 – Notificação por ausência de retenção do ISS – Recurso conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2805, Processo 030/028202/2017 – Processo Espelho 030/010134/2021, 1267ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Ferreira Teixeira, Decisão Unânime, julgado em 16/08/2021)**

**“IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DO DÉBITO – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – DESISTÊNCIA DO RECURSO – INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 26 DO DECRETO Nº 10.487/09 C/C INC. II DO ART. 9º DO DECRETO Nº 11.643.2014 – RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO.”**

**(ACÓRDÃO nº 2806, Processo 030/028772/2017 – Processo Espelho 030/010126/2021, 1267ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 16/08/2021)**

**“IPTU. Recurso Voluntário. Lançamentos Complementares. Decisão de primeira instância que não conheceu a impugnação por falta de comprovação da legitimidade do impugnante. Apresentação de escritura de compra e venda do imóvel ainda em sede de primeira instância, demonstrando a transferência do imóvel para o impugnante. Legitimidade comprovada, nos termos do art. 9º da Lei 2.597/2008. Impossibilidade de verificação imediata pelo Conselho de Contribuintes da tempestividade ou não da impugnação. Recurso Voluntário conhecido e provido, com remessa dos autos ao Coordenador do IPTU.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2807, Processo 030/005198/2018 – Processo Espelho 030/010120/2021, 1267ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 16/08/2021)**

**“IPTU. Recurso de Ofício. Revisão de Lançamento. Parecer técnico. Impugnação de lançamento. Correção de cadastro. Recurso de Ofício conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2808, Processo 030/001429/2017 – Processo Espelho 030/009867/2021, 1267ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 16/08/2021)**

**“IPTU – Recurso de voluntário e de ofício – Obrigação principal – Revisão de lançamento complementar – Pagamento do crédito em momento anterior à decisão de primeira instância – Extinção do litígio administrativo – Inteligência do art. 26, parágrafo único do Decreto n. 10.487/09 do CTN – Recursos voluntário e de ofício não conhecidos.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2809, Processo 030/028589/2017 – Processo Espelho 030/010205/2021, 1269ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 18/08/2021)**

**"IPTU. RECURSO DE OFÍCIO. LANÇAMENTO ANUAL DE OFÍCIO. EXERCÍCIO DE 2018. IMPUGNAÇÃO QUE ALEGA ERRO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO QUANTO AO TIPO DE REVESTIMENTO, TIPO DE PISO E QUANTIDADE DE GARAGENS DO IMÓVEL. CONSTATAÇÃO ATRAVÉS DE VISTORIA REALIZADA PELO SETOR DE RECADASTRAMENTO DE QUE OS DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL, DE FATO, ESTAVAM INCORRETOS. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO LANÇAMENTO A FIM DE ADEQUAÇÃO À REALIDADE FÁTICA DO IMÓVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO."**

**(ACÓRDÃO Nº 2810, Processo 030/000006/2018 – Processo Espelho 030/010180/2021, 1269ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 18/08/2021)**

"IPTU. Recurso de Ofício. Impugnação ao Lançamento Anual de IPTU. Cadastro Imobiliário divergente com a realidade por conta de incêndio que destruiu parcialmente o imóvel. Recurso de Ofício conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2811, Processo 030/000008/2018 – Processo 030/010178/2021, 1269ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 18/08/2021)

"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR – EXERCÍCIOS DE 2016 A 2017 – ERRO NO LANÇAMENTO - DECISÃO 1ª INSTÂNCIA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATORIOS APÓS 30 DIAS DA CIENCIA DA DECISÃO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2812, Processo 030/028693/2017 – Processo Espelho 030/010111/2021, 1269ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão por Maioria, julgado em 18/08/2021)

"ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – PAGAMENTO PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO – EXTINÇÃO DE PARTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – INTELIGÊNCIA DO INCISO I DO ART 156 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2813, Processo 030/060520/2005 – Processo Espelho 030/010849/2021, 1270ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

"TVCF – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – INTELIGÊNCIA DO INCISO I DO ART 156 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2814, Processo 030/060519/2005 – Processo Espelho 030/010113/2021, 1270ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

"ISS – RECURSO DE OFÍCIO – AUTO DE INFRAÇÃO – FALTA DE RECOLHIEMENTO DE ISS – EXERCÍCIOS DE JANEIRO/1995 A JUNHO/1999 - EXTRAVIO DOS AUTOS - DECISÃO 1ª INSTÂNCIA CANCELAMENTO AUTO DE INFRAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2815, Processo 030/060444/2000 – Processo Espelho 030/010108/2021, 1270ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

"ISS – RECURSO DE OFÍCIO – AUTO DE INFRAÇÃO – FALTA DE RECOLHIMENTO DE ISS – EXERCÍCIOS DE JULHO/1998 A DEZEMBRO/1999 - EXTRAVIO DOS AUTOS - DECISÃO 1ª INSTÂNCIA CANCELAMENTO AUTO DE INFRAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2816, Processo 030/060443/2000 – Processo Espelho 030/010109/2021, 1270ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

"IPTU. REVISÃO DE LANÇAMENTO. A não interposição de recurso voluntário a decisão do órgão fiscalizador que acolheu em parte a impugnação oferecida reduzindo o valor arbitrado para o imóvel objeto da impugnação se traduz em concordância com o novo valor fixado. Recurso de ofício que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2817, Processo 030/000023/2018 – Processo Espelho 030/010176/2021, 1271ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

"IPTU. RECURSO DE OFÍCIO. LANÇAMENTO ANUAL DE OFÍCIO. EXERCÍCIO DE 2018. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA QUANTO À ATRIBUIÇÃO DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS A CONTAR DE 1º DE JANEIRO DE 2018. COMPROVAÇÃO PELO SUJEITO PASSIVO DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL COMO RESIDENCIAL DESDE 2017. PROTOCOLIZAÇÃO DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO

**CADASTRAL NO EXERCÍCIO DE 2017, ANTERIORMENTE AO FATO GERADOR DO IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".**  
(ACÓRDÃO Nº 2818, Processo 030/009631/2018 – Processo Espelho 030/010881/2021, 1271ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

**"IPTU - RECURSO DE OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS REFERENTE A TESTADA E ÁREA DE CONSTRUÇÃO - ERRO NO LANÇAMENTO - RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".**  
(ACÓRDÃO Nº 2819, Processo 030/000122/2018 – Processo Espelho 030/010027/2021, 1271ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

**"IPTU. RECURSO DE OFÍCIO. LANÇAMENTO ANUAL DE OFÍCIO. EXERCÍCIO DE 2018. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA QUANTO À ATRIBUIÇÃO DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS A CONTAR DE 1º DE JANEIRO DE 2018. COMPROVAÇÃO PELO SUJEITO PASSIVO DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL COMO RESIDENCIAL DESDE 2017. PROTOCOLIZAÇÃO DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO CADASTRAL NO EXERCÍCIO DE 2017, ANTERIORMENTE AO FATO GERADOR DO IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".**  
(ACÓRDÃO Nº 2820, Processo 030/024229/2018, 1271ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 25/08/2021)

**"ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Prestação dos serviços descritos no subitem 7.02 da Lista Anexa à LC n. 116/03 – Execução de obra de engenharia por meio de empreitada industrial – Industrialização por encomenda de tubos flexíveis customizados conforme a necessidade do tomador – Operação mista cuja atividade está prevista em lei complementar como serviço – Prevalência da obrigação de fazer – Incidência do ISS – Impossibilidade de dedução dos materiais aplicados na prestação do serviço – Entendimento fixado pelo STF no RE 603.497 AgRsegundo – Inteligência do art. 80, §§ 1º e 13 da Lei Municipal n. 2.597/08 – Recurso conhecido e desprovido".**  
(ACÓRDÃO Nº 2821, Processo 030/019954/2016 – Processo Espelho 030/011592/2021, 1272ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 01/09/2021)

**"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – LANÇAMENTO COMPLEMENTAR EXERCÍCIO 2018 – REVISÃO LANÇAMENTOS 2016 / 2017/2018 - FATOS NOVOS - ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAL-DECISÃO 1ª INSTÂNCIA PROVIMENTO DA IMPUGNAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."**  
(ACÓRDÃO Nº 2822, Processo 030/000106/2018 – Processo Espelho 030/010129/2021, 1273ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 01/09/2021)

**"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – REVISÃO DE LANÇAMENTO – PARECER TÉCNICO – IMPUGNAÇÃO DE LANÇAMENTO – CORREÇÃO DE CADASTRO – RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO.**  
(ACÓRDÃO Nº 2823, Processo 030/000026/2018 – Processo Espelho 030/010175/2021, 1273ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 01/09/2021)

**"ISS – Recurso de ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Pagamento parcial do tributo devidamente comprovado – Extinção do crédito tributário – Recurso conhecido e desprovido".**  
(ACÓRDÃO Nº 2824, Processo 030/002995/2018 – Processo Espelho 030/012156/2021, 1273ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 01/09/2021)

"IPTU. RECURSO DE OFÍCIO. LANÇAMENTOS COMPLEMENTARES, EXERCÍCIOS DE 2016 A 208. IMPUGNAÇÃO QUE ALEGA EXISTÊNCIA DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO VÁLIDA E QUE A OBRA NO IMÓVEL NÃO ESTARIA CONCLUÍDA. VERIFICAÇÃO PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA DE ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRAS EMITIDO PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS EM 09/01/2018. VISTORIA EFETUADA PELO RECAD, EM 21/09/2017, APONTANDO EDIFICAÇÃO NO IMÓVEL. IMAGENS AÉREAS INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS CONSTATAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, BEM COMO DO SETOR DE RECADASTRAMENTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE EDIFICAÇÃO NO IMÓVEL SOMENTE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018. ADEQUAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS À REALIDADE FÁTICA DO IMÓVEL. CANCELAMENTO DOS LANÇAMENTOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 2016 E DE 2017. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2825, Processo 030/008610/2018 – Processo Espelho 030/010198/2021, 1274ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"ISSQN. RECURSO DE OFÍCIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO EM MASSA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO, EM MOMENTO ANTERIOR À CIÊNCIA DO LANÇAMENTO, DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO LANÇADO ATRAVÉS DA NOTIFICAÇÃO IMPUGNADA. BAIXA DO DÉBITO JÁ EFETIVADA PELA FISCALIZAÇÃO ATRAVÉS DE PROCESSO ESPECÍFICO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2826, Processo 030/028182/2018 – Processo Espelho 030/010132/2021, 1274ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"ISSQN - RECURSO DE OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO - RETENÇÃO - RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO - COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO PARCIAL - RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2827, Processo 030/028199/2018 – Processo Espelho 030/010133/2021, 1274ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"IPTU - RECURSO DE OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR - ALTERAÇÃO DE DADO CADASTRAL DE TERRITORIAL PARA PREDIAL - ARTS. 10, 12, § 3º E 13 DO CTM - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2828, Processo 030/020644/2017 – Processo Espelho 030/010104/2021, 1274ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"IPTU. Recurso de Ofício. Impugnação ao Lançamento Anual de IPTU. Cadastro imobiliário divergente com a realidade fática. Recurso de Ofício conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2829, Processo 030/008995/2017 – Processo Espelho 030/010191/2021, 1275ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"IPTU – Recurso de ofício – Obrigação principal – Revisão de lançamento anual – Correção das características do imóvel – Redução do aspecto quantitativo – Recurso de ofício conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2830, Processo 030/000138/2018 – Processo Espelho 030/010128/2021, 1275ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)

"IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA – AUSÊNCIA DE LITÍGIO TRIBUTÁRIO – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO"



**(ACÓRDÃO Nº 2831, Processo 030/021894/2016 – Processo Espelho 030/010112/2021, 1275ª Sessão Ordinária. Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 08/09/2021)**

**"ISS – Recurso voluntário – Obrigação acessória – Multa regulamentar – Não emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) – Prestação de serviço sujeita à incidência do ISS reconhecida por este Conselho de Contribuintes – Aplicação retroativa da Lei Municipal n. 3.461/19 – Inteligência do art. 106 do CTN – Redução do valor da multa de 2% para o valor de referência M0 por documento fiscal não emitido, limitado a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação – Recurso conhecido e parcialmente provido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2832, Processo 030/019964/2016 – Processo Espelho 030/011330/2021, 1276ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão por Maioria, julgado em 15/09/2021)**

**"TAEP – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – RECURSO INTEMPESTIVO – ART. 37 DECRETO 10.487/09 – RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO"**

**(ACÓRDÃO Nº 2833, Processo 580/100102/2010 – Processo Espelho 030/010233/2021, 1277ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão por Maioria, julgado em 15/09/2021)**

**"ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Responsabilidade pela retenção de ISSQN de serviços tomados de coleta de lixo prestado por empresa estabelecida fora do Município de Niterói. Inexistência de CEPOM em Niterói. Recurso Voluntário conhecido e desprovido".**

**(ACÓRDÃO Nº 2834, Processo 030/026034/2017 – Processo 030/011121/2021, 1272ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão por Maioria, julgado em 15/09/2021)**

**"ISSQN. RECURSO VOLUNTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DA AUTUADA. ALEGAÇÃO DE QUE O LANÇAMENTO TERIA ENGLOBADO NOTA FISCAL CANCELADA PELO PRESTADOR POR ERRO DE VALOR. FALTA DE COMPROVAÇÃO. SUPOSTA NOTA SUSBTITUTA QUE NÃO FAZ REFERÊNCIA À NOTA CANCELADA, CONTENDO INFORMAÇÕES DISTINTAS DA NOTA QUE TERIA SIDO OBJETO DE CANCELAMENTO. ÔNUS DO SUJEITO PASSIVO EM COMPROVAR O CANCELAMENTO, BEM COMO O PAGAMENTO DO ISSQN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO ".**

**(ACÓRDÃO Nº 2835, Processo 030/029423/2015 – Processo Espelho 030/011119/2021, 1277ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão por Maioria, julgado em 15/09/2021)**

**"ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS DE APOIO MARÍTIMO – EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO AUTORIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA NAVEGAÇÃO DE APOIO MARÍTIMO – TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 332/07 ANTAQ – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 20.01 DO ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 2597/08 – ALEGADA ATIVIDADE DE AFRETAMENTO DE NAVIO – IMPOSSIBILIDADE – USUÁRIO DO SERVIÇO SEM CONDIÇÕES DE OPERAR COMO EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 8º DA LEI Nº 9.432/98 – CONTRATO QUE SE REVESTE DE CARACTERÍSTICAS TÍPICAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – RESOLUÇÃO-ANTAQ Nº 2.884/13 – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO".**

**(ACÓRDÃO Nº 2836, Processo 030/025089/2017 – Processo Espelho 030/010863/2021, 1278ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 22/09/2021)**

**"IPTU. RECURSOS VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. EXERCÍCIOS DE 2016 E DE 2017. RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO INTEMPESTIVAMENTE, IMPEDINDO A ANÁLISE DAS RAZÕES DE MÉRITO. PRECEDENTES DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES. NECESSIDADE DE ACERTO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO QUE CONCERNE AO TERMO INICIAL DA CONTAGEM DOS ACRÉSCIMOS**

MORATÓRIOS, QUE DEVEM INCIDIR A PARTIR DE 30 (TRINTA) DIAS DA CIÊNCIA DO LANÇAMENTO, NA FORMA DO CAPUT DO ART. 160 DO CTN. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO E RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE".

(ACÓRDÃO Nº 2837, Processo 030/028673/2017 – Processo Espelho 030/010103/2021, 1279ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão por Maioria, julgado em 22/09/2021)

"CONTAGEM DE PRAZOS. VALIDADE da intimação realizada nas Portarias dos Edifícios. Regra prevista no parágrafo 4º do artigo 248 do CPC e Enunciado nº 05 do Tribunal de Justiça – Recurso Voluntário que se nega provimento."

(ACÓRDÃO Nº 2838, Processo 030/028321/2018 – Processo Espelho 030/011345/2021, 1279ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 22/09/2021)

"IPTU – RECURSO DE OFÍCIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – ISENÇÃO DE 50% DO IPTU DO IMÓVEL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – INTELIGÊNCIA DO ART. 1º, INC. IV E V DA LEI 2.754/10 – RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2839, Processo 030/001548/2018 – Processo Espelho 030/011319/2021, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 22/09/2021)

"ISSQN. RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO. AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DA AUTUADA. SERVIÇOS DE TRANSPORTE MUNICIPAL. ALEGAÇÃO DE QUE O LANÇAMENTO TERIA ENGLOBALADO SERVIÇOS PRESTADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS. EXCLUSÃO PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA DE PARTE DO LANÇAMENTO, EM RELAÇÃO A VALORES DO ISSQN CORRESPONDENTES A SERVIÇOS PRESTADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS DEVIDAMENTE COMPROVADOS. MANUTENÇÃO DE PARTE DOS VALORES LANÇADOS, SOBRE OS QUAIS NÃO HOUVE COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM OUTROS MUNICÍPIOS. RECURSO VOLUNTÁRIO QUE NÃO APRESENTA PROVAS APTAS A AFASTAR A INCIDÊNCIA DO ISSQN QUANTO À PARTE MANTIDA DO LANÇAMENTO, EXCETO QUANTO A UMA NOTA FISCAL. REDUÇÃO DA MULTA FISCAL PARA 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), EM FACE DA NOVA LEGISLAÇÃO (ART. 120, CAPUT, DA LEI Nº 2.597/2008, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 3.252, DE 31/12/2016). APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA, NA FORMA DO ART. 106, INCISO II, ALÍNEA "C", DO CTN. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2840, Processo 030/014964/2016 – Processo Espelho 030/011123/2021, 1263ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 22/09/2021)

"Simples Nacional. Exclusão. Recurso Voluntário. Ausência de escrituração de livro-caixa. Não apresentação de extratos bancários. Exclusão com efeitos a partir do mês de ocorrência da infração. Recurso Voluntário conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2841, Processo 030/005257/2018 – Processo Espelho 030/012074/2021, 1280ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 29/09/2021)

"ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Exclusão do Simples Nacional com efeitos a partir do mês de ocorrência da infração. Recolhimento de ISSQN ao Município de Niterói. Recurso Voluntário conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2842, Processo 030/005251/2018 – Processo Espelho 030/012088/2021, 1280ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 29/09/2021)

"ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Exclusão do Simples Nacional com efeitos a partir do mês de ocorrência da infração. Recolhimento de ISSQN ao Município de Niterói. Recurso Voluntário conhecido e desprovido".

(ACÓRDÃO Nº 2843, Processo 030/005253/2018 – Processo Espelho 030/012087/2021, 1280ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, Decisão Unânime, julgado em 29/09/2021)

"ISSQN. RECURSO VOLUNTÁRIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL. ALEGAÇÃO DE QUE O ISSQN FOI RECOLHIDO. APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE BANCÁRIO DE RECOLHIMENTO QUE NÃO CORRESPONDE AO ISSQN OBJETO DO LANÇAMENTO. ÔNUS DO SUJEITO PASSIVO EM COMPROVAR O PAGAMENTO DO ISSQN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2844, Processo 030/027317/2016 – Processo Espelho 030/013612/2021, 1281ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 29/09/2021)

"ISS – Recurso de ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Erro de identificação do sujeito passivo – Inexistência de hipótese de responsabilidade tributária por substituição – Inteligência do art. 73 da Lei n. 2.597/08, com redação dada pela Lei Municipal n. 2.628/09 – Recurso conhecido e desprovido".

(ACÓRDÃO Nº 2845, Processo 030/021894/2016 – Processo Espelho 030/012155/2021, 1281ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 29/09/2021)

"IPTU. RECURSOS VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. EXERCÍCIOS DE 2016 E DE 2017. RECURSO VOLUNTÁRIO INTERPOSTO INTEMPESTIVAMENTE, IMPEDINDO A ANÁLISE DAS RAZÕES DE MÉRITO. PRECEDENTES DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA QUANTO À EXCLUSÃO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO LANÇAMENTO, EM FACE DO DISPOSTO NA PARTE FINAL DO ART. 130, DO CTN. ESCRITURA QUE INDICA A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EMITIDA PELA SMF EM 24/02/2016. NECESSIDADE DE ACERTO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO QUE CONCERNE AO TERMO INICIAL DA CONTAGEM DOS ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS, QUE DEVEM INCIDIR A PARTIR DE 30 (TRINTA) DIAS DA CIÊNCIA DO LANÇAMENTO, NA FORMA DO CAPUT DO ART. 160 DO CTN. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO E RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE".

(ACÓRDÃO Nº 2846, Processo 030/028676/2017 – Processo Espelho 030/010100/2021, 1281ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão por maioria, julgado em 29/09/2021)

"IPTU. RECURSO VOLUNTÁRIO. LANÇAMENTO ANUAL DE OFÍCIO. EXERCÍCIO DE 2020. CONSTATAÇÃO PELO SETOR COMPETENTE DA SMF DE QUE OS DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL ESTAVAM INCORRETOS. POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO À REALIDADE FÁTICA DO IMÓVEL. PODERDEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ALTERAÇÕES CADASTRAIS PROMOVIDAS ANTERIOREMENTE AO LANÇAMENTO ANUAL DE OFÍCIO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA CORRETA. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2847, Processo 030/003490/2020, 1281ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão por Maioria, julgado em 29/09/2021)

"ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – SERVIÇOS TIPIFICADOS NOS SUBITENS 6.01, 6.02 E 6.03 DA LISTA DE SERVIÇOS DO ANEXO III DA LEI Nº 2.597/08 – LANÇAMENTO EFETUADO COM BASE NA DIFERENÇA ENTRE O QUE FOI PAGO E O QUE É DEVIDO A PARTIR DA EXCLUSÃO DO REGIME – VALIDADE DO LANÇAMENTO – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO".

(ACÓRDÃO Nº 2848, Processo 030/025826/2016 – Processo Espelho 030/013607/2021, 1283ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão por Maioria, julgado em 06/12/2021)

"ISS – RECURSO DE VOLUNTÁRIO – AUTO DE INFRAÇÃO – FALTA DE RECOLHIMENTO DE ISS – EXERCÍCIOS DE JANEIRO A FEVEREIRO/2016 - COMPETÊNCIA DA IMPUGNANTE - DECISÃO 1ª INSTÂNCIA MANTENDO AUTO DE INFRAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2849, Processo 030/010681/2016 – Processo Espelho 030/012077/2021, 1283ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 06/12/2021)

"ITBI. REVISÃO. Questões de cunho personalíssimo como dificuldades financeiras ou mesmo crises recorrentes da pandemia da covid-19, não são argumentos jurídicos ou fáticos suficientes para se contrapor ao bem elaborado laudo de avaliação do imóvel realizado pelo órgão fazendário. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2850, Processo 030/006848/2021, 1283ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 06/10/2021)

"LANÇAMENTO COMPLEMENTAR DE IPTU. RETROATIVIDADE. Reconhecendo a municipalidade o erro de sua parte no arbitramento do IPTU do imóvel deve arcar com o ônus desse erro, a retificação e o novo valor será válido da data do descobrimento do erro em diante, não podendo em hipótese alguma ter caráter retroativo. Recurso Voluntário que se dá provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2851, Processo 030/028365/2017 – Processo Espelho 030/009862/2021, 1283ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão por Maioria, julgado em 06/10/2021)

"ISSQN - RECURSO VOLUNTÁRIO – NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO REGIME DO SIMPLES NACIONAL – EXCLUSÃO DE OFÍCIO – CONSTATADA PRÁTICA REITERADA DE INFRAÇÃO AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 – ART. 29, V C/C ART. 33 AMBOS DA LC Nº 123/2006 - CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA – NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E NÃO PROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2852, Processo 030/018479/2017 – Processo Espelho 030/011102/2021, 1284ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão por Maioria, julgado em 13/10/2021)

"Simples Nacional – Recurso voluntário – Notificação de exclusão do Simples Nacional – ISS – Inteligência do art. 75, §3º da Resolução CGSN n. 94/11 – Fornecimento e cessão de mão de obra – Relação de subordinação – Serviços de portaria e zeladoria – Aplicação do art. 17, inciso XII, da LC nº 123/06 c/c Solução de Consulta COSIT nº 57/2015 – Recurso conhecido e desprovido."

(ACÓRDÃO Nº 2853, Processo 030/008527/2017 – Processo Espelho 030/010866/2021, 1285ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 13/10/2021)

"ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Auto de Infração de ISS – Inteligência do art. 75 da Resolução CGSN n. 94/11 – Fornecimento e cessão de mão de obra – Relação de subordinação – Recurso conhecido e desprovido".

(ACÓRDÃO Nº 2855, Processo 030/016310/2017 – Processo Espelho 030/010859/2021, 1285ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 13/10/2021)

"IPTU. ACRÉSCIMO DE ÁREA EDIFICADA. Válida sua comprovação por imagens aéreas do Google. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2856, Processo 030/009102/2019, 1285ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 13/10/2021)

**“Simples Nacional. Recurso Voluntário. Auto de Infração. ISSQN. Inteligência do art. 75 da Resolução CGSN n. 94/11. Ônus do contribuinte de comprovar a extinção do crédito tributário. Recurso conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2857, Processo 030/008729/2017 – Processo Espelho 030/010862/2021, 1287ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 20/10/2021)**

**“Simples Nacional. Recurso Voluntário. Auto de Infração ISS. Fornecimento e cessão de mão de obra. Relação de subordinação. Serviços de portaria e zeladoria. Inteligência do art. 75, §3º da Resolução CGSN n. 94/11. Aplicação do art. 17, inciso XII, da LC nº 123/06. Aplicação da Solução de Consulta COSIT nº 57/2015. Recurso conhecido e desprovido.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2858, Processo 030/016301/2017 – Processo Espelho 030/010864/2021, 1287ª Sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, Decisão Unânime, julgado em 20/10/2021)**

**“ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 4.03 DO ANEXO III DO CTM – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE – INAPLICABILIDADE – INTELIGÊNCIA DO INCISO VII DO ART 73 DO CTM C/C ART. 3º DA RESOLUÇÃO SMF Nº 01/12 – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.”**

**(ACÓRDÃO Nº 2859, Processo 030/010494/2016 – Processo Espelho 030/012070/2021, 1287ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 20/10/2021)**

**“EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – RECURSO VOLUNTÁRIO – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA POR INTERPOSTAS PESSOAS – UTILIZAÇÃO DE MESMO NOME FANTASIA, MESMO ENDEREÇO, MESMAS INSTALAÇÕES, MESMOS FUNCIONÁRIOS E COM GRAU DE PARENTESCO ENTRE OS SÓCIOS – INTELIGÊNCIA DO INC. IV DO ART. 29 DA LC Nº 123/06 – CARACTERIZAÇÃO DE RECEITAS PULVERIZADAS, AS QUAIS, JUNTAS, ULTRAPASSAM O LIMITE DO REGIME DIFERENCIADO – RECURSO VOLUNTÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO”.**

**(ACÓRDÃO Nº 2860, Processo 030/005435/2018 – Processo Espelho 030/012078/2021, 1287ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 20/10/2021)**

**“Recurso voluntário – Auto de Infração – Falta de recolhimento ISSQN –1ª Instância Julgou Improcedente a Impugnação - Recurso conhecido e desprovido”.**

**(ACÓRDÃO Nº 2862, Processo 030/030924/2017 – Processo Espelho 030/013017/2021, 1289ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 27/10/2021)**

**“Recurso voluntário – Auto de Infração – Falta de recolhimento ISSQN –1ª Instância Julgou Improcedente a Impugnação - Recurso conhecido e desprovido”.**

**(ACÓRDÃO Nº 2863, Processo 030/030923/2017 – Processo Espelho 030/013019/2021, 1289ª Sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, Decisão Unânime, julgado em 27/10/2021)**

**“ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Obrigação Tributária Principal. Serviços de Limpeza de Tanques e de Compartimento de Embarcações. Enquadramento no Subitem 14.01. Embarcações e Plataformas que não podem ser equiparadas a bem imóvel para fim de enquadramento na lista de serviços. Decreto nº 4.652/1985 (Regulamento do ISSQN) que estabelece expressamente os Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção de Embarcações, seus Tanques e Equipamentos como serviços de reparo de embarcações. Não configuração do disposto no art. 146 do CTN. Inexistência de qualquer alteração de critério jurídico pelo fisco. Lançamento por homologação, sem participação prévia do fisco. Pedido protocolado em 2016 que foi recebido como de simples esclarecimento da legislação, sem efeito de consulta tributária e que, ainda assim, assinalou a possibilidade de enquadramento no subitem 14.01, a depender da hipótese. Inclusão no lançamento de uma nota fiscal correspondente a serviço realizada em unidade fabril, mas que não afasta o enquadramento no subitem 14.01. Pedido de realização de diligência ou perícia formulado genericamente,**

sendo desnecessária a sua realização em face das provas já contidas nos autos. Art. 72, § 2º, da Lei nº 3.368/2018. Multa aplicada de 40% (Quarenta por cento) que se encontra dentro do patamar estabelecido pelo STF, sem qualquer caráter confiscatório. Impossibilidade de o órgão julgador modificar o conteúdo da norma legal que estabelece o percentual da penalidade. Art. 97, Inciso V, do CTN. Manutenção do lançamento. Recurso Voluntário Conhecido e Desprovido.”

(ACÓRDÃO Nº 2864, Processo 030/005948/2020, 1289ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 27/10/2021)

“ISSQN. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Obrigação Tributária Principal. Serviços de Limpeza de Tanques e de Compartimento de Embarcações. Enquadramento no Subitem 14.01. Embarcações e Plataformas que não podem ser equiparadas a bem imóvel para fim de enquadramento na lista de serviços. Decreto nº 4.652/1985 (Regulamento do ISSQN) que estabelece expressamente os Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção de Embarcações, seus Tanques e Equipamentos como serviços de reparo de embarcações. Não configuração do disposto no art. 146 do CTN. Inexistência de qualquer alteração de critério jurídico pelo fisco. Lançamento por homologação, sem participação prévia do fisco. Pedido protocolado em 2016 que foi recebido como de simples esclarecimento da legislação, sem efeito de consulta tributária e que, ainda assim, assinalou a possibilidade de enquadramento no subitem 14.01, a depender da hipótese. Pedido de realização de diligência ou perícia formulado genericamente, sendo desnecessária a sua realização em face das provas já contidas nos autos. Art. 72, § 2º, da Lei nº 3.368/2018. Multa aplicada de 75% (Setenta e Cinco Por Cento) que se encontra dentro do patamar estabelecido pelo STF, sem qualquer caráter confiscatório. Impossibilidade de o órgão julgador modificar o conteúdo da norma legal que estabelece o percentual da penalidade. Art. 97, Inciso V, do CTN. Manutenção do lançamento. Recurso Voluntário Conhecido e Desprovido.”

(ACÓRDÃO Nº 2865, Processo 030/005950/2020, 1289ª Sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, Decisão Unânime, julgado em 27/10/2021)

"EXCLUSÃO DO SIMPLES. Se o procedimento da exclusão observou rigorosamente a previsão dos artigos 28 à 32 da Lei Complementar nº 123/06, deve ser confirmada. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2866, Processo 030/005701/2020, 1290ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

"EXCLUSÃO DO SIMPLES. Se o procedimento da exclusão observou rigorosamente a previsão dos artigos 28 à 32 da Lei Complementar nº 123/06, deve ser confirmada. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2867, Processo 030/005713/2020, 1290ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

"EXCLUSÃO DO SIMPLES. Se o procedimento da exclusão observou rigorosamente a previsão dos artigos 28 à 32 da Lei Complementar nº 123/06, deve ser confirmada. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2868, Processo 030/005715/2020, 1290ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

"EXCLUSÃO DO SIMPLES. Se o procedimento da exclusão observou rigorosamente a previsão dos artigos 28 à 32 da Lei Complementar nº 123/06, deve ser confirmada. Recurso Voluntário que se nega provimento".

(ACÓRDÃO Nº 2869, Processo 030/005736/2020, 1290ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

“MULTA. APLICAÇÃO. LEI 3461/19. O referido diploma legal em seu artigo 121, inciso I, alínea A do CTM, autoriza que a multa seja arbitrada no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do total apurado pela operação”.

(ACÓRDÃO Nº 2870, Processo 030/005695/2020, 1290ª Sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

“ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 12.09 DO ANEXO III DO CTM – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA MULTA DO INC. I DO ART. 77 DA LEI Nº 3.048/13 – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART 79 DA LEI Nº 3.048/13 – REDUÇÃO DA MULTA PARA 75% – POSSIBILIDADE – SUPERVENIÊNCIA LEI Nº 3.252/16 – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO”.

(ACÓRDÃO Nº 2871, Processo 030/028107/2016 – Processo Espelho 030/013706/2021, 1291ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

“ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 12.09 DO ANEXO III DO CTM – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA MULTA DO INC. I DO ART. 77 DA LEI Nº 3.048/13 – INAPLICABILIDADE – – INTELIGÊNCIA DO ART 79 DA LEI Nº 3.048/13 – REDUÇÃO DA MULTA PARA 75% – POSSIBILIDADE – SUPERVENIÊNCIA LEI Nº 3.252/16 – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO”.

(ACÓRDÃO Nº 2872, Processo 030/028104/2016 – Processo Espelho 030/013615/2021, 1291ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

“ISS – RECURSO VOLUNTÁRIO – OBRIGAÇÃO PRINCIPAL – SERVIÇOS TIPIFICADOS NO SUBITEM 12.09.03 DO ANEXO III DO CTM – APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA MULTA DO INC. I DO ART. 77 DA LEI Nº 3.048/13 – INAPLICABILIDADE – – INTELIGÊNCIA DO ART 79 DA LEI Nº 3.048/13 – REDUÇÃO DA MULTA PARA 75% – POSSIBILIDADE – SUPERVENIÊNCIA LEI Nº 3.252/16 – RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO”.

(ACÓRDÃO Nº 2873, Processo 030/028105/2016 – Processo Espelho 030/013681/2021, 1291ª Sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, Decisão Unânime, julgado em 03/11/2021)

“EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL. INTERPOSTAS PESSOAS. SIMULAÇÃO. ATO DECLARATÓRIO. EFEITOS RETROATIVOS. JURISPRUDÊNCIA DO STJ FIRMADA EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO”.

(ACÓRDÃO Nº 2874, Processo 030/020829/2017 – Processo Espelho 030/011338/2021, 1292ª Sessão Ordinária, Rel. Alexandre Foch Arigoni, Decisão Unânime, julgado em 10/11/2021)

"SIMPLES NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO - NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL - ISS - FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA PORTARIA - ART. 17, INCISO XII LEI COMPLEMENTAR 123/06 - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO."

(ACÓRDÃO Nº 2875, Processo 030/029154/2017 – Processo Espelho 030/011348/2021, 1293ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 10/11/2021)

"SIMPLES NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO - NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL - ISS - FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA PORTARIA - ART. 17, INCISO XII LEI COMPLEMENTAR 123/06 - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO".

(ACÓRDÃO Nº 2876, Processo 030/029155/2017 – Processo Espelho 030/011335/2021, 1292ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 10/11/2021)

**"INEXISTÊNCIA DE RUDFTO - RECURSO VOLUNTÁRIO - AUTO DE INFRAÇÃO - LEI NOVA - INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - PREVALÊNCIA DO ART. 106, II CTN - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO."**

**(ACÓRDÃO Nº 2877, Processo 030/029147/2017 – Processo Espelho 030/011339/2021, 1293ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 10/11/2021)**

**"INEXISTÊNCIA DE RUDFTO - RECURSO VOLUNTÁRIO - AUTO DE INFRAÇÃO - LEI NOVA - INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - PREVALÊNCIA DO ART. 106, II CTN - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PROVIDO".**

**(ACÓRDÃO Nº 2878, Processo 030/029148/2017 – Processo Espelho 030/011349/2021, 1293ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, Decisão Unânime, julgado em 10/11/2021)**